



Teresina sob a ótica do IDEB e do IDH

Por: José Almendra
Articulista do IQE
Relações Institucionais

Na análise da efetividade das políticas públicas, frequentemente recorremos aos indicadores de desempenho. Os indicadores possuem a propriedade de sinalizar à gestão pública (bem como à sociedade civil) se as ações planejadas traduzem-se em benefício do público-alvo almejado, ao mesmo tempo em que fornecem insumos importantes acerca da intensidade com que uma população foi impactada. Ademais, o estabelecimento de uma metodologia de cálculo uniforme, obedecendo aos mesmos critérios estatísticos, constitui-se em condição *sine qua non* para a garantia de indicadores consistentes e comparáveis ao longo do tempo. Neste artigo, exploraremos as nuances entre dois indicadores educacionais: o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

Apesar de se referirem à educação (veremos mais adiante que o IDH também se refere à saúde e à renda), tratam de aspectos distintos e utilizam metodologias diferentes. Do ponto de vista das políticas educacionais, a utilização do IDEB propicia valiosa informação, na medida em que evidencia a evolução (ou regressão) qualitativa de uma rede de ensino, assim como origina um conjunto de dados referentes às habilidades dominadas e não dominadas pelos alunos. O IDEB tem como foco a mensuração da qualidade do processo de ensino e aprendizagem presente em uma escola ou rede de ensino. Desde 2005, quando do início das publicações bienais do IDEB, a educação pública no Brasil beneficiou-se de um indicador que, por assemelhar-se a uma nota (de 0 a 10), facilitou a compreensão da sociedade sobre o estágio de desenvolvimento dos ciclos (etapas) componentes da Educação Básica: anos iniciais (1º ao 5º ano) e anos finais (6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental, bem como o Ensino Médio.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental percebemos um aumento no IDEB da rede municipal teresinense, ou seja, de 5,0 para 6,1 no biênio 2013/2015. Cenário semelhante pode ser constatado nos anos finais, apresentando oscilação positiva de 4,3 para 5,2 no mesmo período. Possivelmente até o mês de julho, o Ministério da Educação (por intermédio do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) publicará o IDEB referente a 2017, oportunidade em que poderemos analisar as variações nas proficiências (Língua Portuguesa e Matemática) e nas taxas de aprovação dos alunos.

Por outro lado, o IDH (indicador integrante do “PNUD” - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Apesar de ampliar a perspectiva da análise, não abrange todos os aspectos do desenvolvimento e não é uma representação da “felicidade” das pessoas, nem indica “o melhor lugar no mundo para se viver”. Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não estão contemplados no IDH. Apesar disso, tem o grande mérito de sintetizar a compreensão do tema e ampliar e fomentar o debate.

Atualmente, saúde, educação e renda são os três pilares que constituem o IDH. No Brasil, o IDH teve sua metodologia de cálculo adaptada, de forma a melhor espelhar as idiossincrasias dos municípios, originando o IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal). Na realidade, o IDH-M é um ajuste metodológico do IDH. O pilar educacional é calculado levando-se em consideração as taxas de matrícula na Educação Básica, ou seja, expressam a escolaridade de uma população em idade escolar. Portanto, não possui relação com

qualidade (proficiência); apenas contempla o número de anos de estudo de um determinado grupo de alunos. O índice varia de zero (pior) a 1. Até 0,499 o desenvolvimento humano é considerado “baixo”; caso esteja entre 0,500 a 0,799 é classificado como “médio”; e, acima de 0,800, é considerado “alto” (os países desenvolvidos geralmente apresentam índices nesse patamar).

De acordo com a última divulgação do IDH-M (educação), referente à Teresina, constatou-se índice de 0,707 (data-base 2010), bem acima da apuração anterior (em 2000), equivalente a 0,488. Isso não nos permite inferir necessariamente aumento de qualidade de vida. Significa apenas que, no período citado, os jovens teresinenses tiveram maior acesso à escola. Trata-se de uma análise meramente quantitativa.

Sob a ótica do IDEB, a qualidade de ensino da rede municipal de Teresina apresentou melhora. Se analisada sob a ótica do IDH-M, percebe-se um movimento parecido, neste caso, aumento da escolaridade (taxa de matrícula). Nesse cenário, ensejam-se duas situações semelhantes, porém mensuradas por indicadores díspares na sua composição. Enquanto o IDEB evidencia qualidade do ensino, o IDH-M dialoga com variações no número de anos de estudo de um ciclo escolar. Refere-se puramente à quantidade. Aqui, não existe verdade absoluta. Temos sim dois índices, cada qual com os seus critérios, em uma tentativa estruturada de traduzir numericamente algumas variáveis socioeducativas, dotadas de significado prático para a sociedade.